

ANÁLISE DOCUMENTÁRIA DE FOTOGRAFIAS: leitura da imagem através de análises iconográficas e interpretações iconológicas.

Anderson Gomes Barbosa¹

André Malverdes²

Raisander Pereira da Silva³

RESUMO

Aborda a fotografia como documento a ser tratado tecnicamente em arquivos permanentes, através da aplicação dos métodos de análises iconográficas e interpretações iconológicas, com a finalidade de compreender o significado da informação imagética e representá-la de forma consistente. O referencial teórico levantado contribui para a análise sobre a leitura de imagens fotográficas, que possibilita a extração de unidades de indexação (descritores ou palavras-chaves) e, conseqüentemente, a elaboração de resumos e a descrição documental. A fotografia reúne informações que geram interpretações múltiplas conforme experiências empíricas, repertório cultural e preconceitos que cada observador projeta de si e de seu entorno sócio-cultural. Observa-se, assim, que o levantamento do conteúdo informacional registrado na imagem fotográfica é uma atividade relevante, pois, permite contextualizar o assunto em um determinado espaço e tempo, auxiliando a leitura do usuário; porém, para que isto ocorra efetivamente, verifica-se a necessidade de aplicar técnicas e métodos específicos. Propõe-se a adoção dos métodos de análise documental de fotografias, adaptando-os às normas gerais de descrição arquivística, para fomentar a elaboração de instrumentos de pesquisa em arquivos permanentes que contenham acervos fotográficos, visando garantir o acesso e a difusão das informações imagéticas.

Palavras-chaves: Fotografia - análise documental. Imagem fotográfica - leitura e representação temática. Descrição arquivística – normas e instrumentos de pesquisa.

¹ Graduado em Arquivologia pela Universidade Federal do Espírito Santo.
e-mail: andufes@yahoo.com.br.

² Professor Assistente do Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo.
e-mail: malverdes@gmail.com

³ Graduando em Arquivologia pela Universidade Federal do Espírito Santo.
e-mail: raisander_19@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A fotografia é o registro de um momento único da realidade, mas não é espelho fiel dos fatos, pois, descontextualizada permite interpretações com sentidos diferentes e até opostos ao momento histórico em que a imagem fotográfica foi gerada. Trata-se, portanto da informação imagética representando um fragmento do real, registrada em um suporte analógico ou digital. É fonte de informação e sua comunicação se realiza através de mensagens não verbais, cujo signo constitutivo é a imagem. Desperta emoções e promove o resgate da memória. Também se apresenta como fonte e objeto de pesquisa, meio de comunicação e expressão das atividades humanas. Devido ao seu conteúdo histórico e valor informacional, passa a integrar acervos fotográficos de arquivos, geralmente permanentes, despertando interesses e exercendo a função social de difusão da informação e do conhecimento.

Os métodos da análise documental e da descrição arquivística de fotografias são discutidos com ênfase na compreensão do significado imagético e sua representação temática transposta para o gênero textual, com a finalidade de difusão e acesso do conteúdo informacional.

A compreensão do conteúdo informacional imagético de uma fotografia e seu significado apresentam diversas possibilidades de interpretação. O fotógrafo aplica técnicas fotográficas para expressar ou manipular o sentido da imagem e provocar uma determinada interpretação no receptor. Cada usuário da informação imagética pode interpretá-la de forma distinta, considerando o que projeta de si e seu peculiar repertório cultural. Já o profissional da informação deve promover intensa investigação para inferir significados consistentes da imagem, auxiliando a leitura do usuário. Verifica-se que o levantamento do conteúdo informacional registrado na imagem fotográfica é uma atividade relevante, pois, possibilita a extração de unidades de *indexação*⁴ e, conseqüentemente, a elaboração de *resumos*⁵ e a descrição documental, mas para que isto ocorra efetivamente, necessita da aplicação de regras e métodos específicos.

O tratamento documental de fotografias, no que se refere à tradução da informação imagética para a textual, é uma atividade complexa e requer a aplicação de técnicas e procedimentos arquivísticos para se obter uma análise consistente, fato que remete a um questionamento:

⁴ Processo pelo qual **documentos** ou **informações** são representados por termos, **palavras-chave** ou **descritores**, propiciando a **recuperação da informação** (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 107, grifo do autor).

⁵ O resumo é uma operação que consiste em reunir as informações essenciais de determinado texto, bem como as relações que elas mantêm entre si, dando origem a um novo texto, menor, coerente e coeso (MANINI, 2002).

considerando a polissemia da imagem e a efetiva recuperação da informação, como extrair significados consistentes e transpor informações do imagético para o textual?

A função básica de uma unidade de arquivo é tornar disponíveis as informações contidas em seu acervo. Evidencia-se que o acesso e a difusão dos documentos de arquivos permanentes se façam através de instrumentos de pesquisa que resultam da descrição documental cuja elaboração é baseada em normas gerais de descrição arquivística. Caso possuam fotografias em seu acervo, recomenda-se a adaptação destas normas às particularidades do gênero documental, possibilitando, assim, a representação consistente da imagem sob a forma textual. Diante ao exposto surge uma hipótese: Será que a análise documentária de fotografias é um método adequado de leitura imagética capaz de identificar termos que representem o contexto da imagem?

O objetivo principal consiste em analisar e estabelecer um método eficaz para análise documental e descrição arquivística de acervos fotográficos em arquivos permanentes. Especificamente, busca-se compreender o significado da informação registrada na imagem fotográfica e representá-la de forma consistente, visando facilitar o acesso e a difusão da informação imagética; enfatizar a utilização de métodos de análises iconográficas e interpretações iconológicas; analisar o processo de identificação de *descritores*⁶ ou *palavras-chaves*⁷ para a indexação e, finalmente, verificar e indicar o instrumento de pesquisa adequado para descrição de fotografias.

Realizamos uma pesquisa bibliográfica e utilizamos a dedução como forma de abordagem, visando analisar as contribuições científicas sobre a leitura de imagens fotográficas, a extração de unidades de indexação (descritores ou palavras-chaves) e, conseqüentemente, a elaboração de resumos e a descrição documental.

A construção metodológica da pesquisa foi realizada em três etapas: a primeira foi um levantamento bibliográfico significativo e a literatura reunida se concentra basicamente em informações impressas e eletrônicas, publicadas em livros, teses, artigos, leis e normas técnicas, no período entre 1993 e 2008, abrangendo os assuntos indexação, descrição documental, leitura de imagem fotográfica e análise documentária de fotografias; a segunda foi a pesquisa bibliográfica na qual realizamos uma investigação sobre a literatura selecionada para fundamentação teórica; que foi a última etapa, na qual se abordam as argumentações de

⁶ Termo utilizado por convenção, que faz parte de um vocabulário controlado, servindo, igualmente, para expressar o conteúdo de um documento e possibilitar sua recuperação (MANINI, 2002, p. 42).

⁷ Termo não controlado retirado de um documento para indicar seu conteúdo (MANINI, 2002, p. 42).

Kossoy sobre manipulação da imagem, análises e interpretações; os estudos de Panofski, Bléry e Shatford; as contribuições de Smit, Boccato e Fujita; a proposta de Manini em adicionar a análise morfológica à grade de leitura de imagens fotográficas; a atividade arquivística de descrição documental, suas normas gerais e os instrumentos de pesquisa, com as relevantes as contribuições de Bellotto, Paes, Lopez, além da Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística - ISAD (G) e da Norma Brasileira de Descrição Arquivística - NOBRADE.

A abordagem da fotografia e suas relações arquivísticas são estruturadas logicamente da seguinte forma: arquivos e documentos fotográficos; análise documental e recuperação da informação imagética.

2 ARQUIVOS FOTOGRÁFICOS

Ao registrar uma informação em um suporte, origina-se um documento. Com o advento da escrita, o volume de documentos produzidos aumentou e surgiu a necessidade de organizar esta massa documental visando a preservação e a recuperação da informação. A partir de então surgiram os primeiros arquivos.

Conforme o art. 2º da Lei 8.159 de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências:

Consideram-se arquivos, para os fins desta lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.

A classificação dos arquivos quanto à natureza dos seus documentos estabelece dois tipos: arquivos especiais (documentos não textuais – iconográficos, cartográficos, audiovisuais, etc – ou de suportes específicos – CD, DVD, microfilme, dentre outros) e arquivos especializados (documentos sobre determinado assunto específico – arquivos médicos, eclesiásticos, jurídicos, etc.).

Analisando as argumentações, consideramos arquivos fotográficos como sendo aqueles especiais quanto à sua natureza, de caráter público ou privado, que produzem ou recebem documentos fotográficos em decorrência do exercício de suas atividades, independentemente da natureza do suporte.

Segundo Smit e Gonçalves (2005, p. 18, grifo do autor), podem ocorrer duas situações nos arquivos fotográficos:

- Arquivos vinculados a instituições essencialmente **produtoras** de imagens (arquivos de órgãos de comunicação de massa ou de assessorias de imprensa, por exemplo). Neste caso o arquivo de imagens reflete e comprova a produção da instituição, pois as fotografias são produzidas na consecução das atividades normais da instituição. Este arquivo fotográfico se caracteriza como um arquivo corrente que mantém estreito vínculo com as atividades desenvolvidas pela instituição.
- Arquivos vinculados a instituições essencialmente **receptoras** de imagens, vez que a finalidade da instituição não reside na produção de imagens – arquivos públicos por exemplo. Emerge, neste caso, a figura do arquivo permanente, que recebe fotografias produzidas por diferentes órgãos da administração (pública ou privada), os reúne em fundos diferenciados, mas freqüentemente incorpora ao seu acervo coleções de particulares (ou de fotógrafos), ou ainda compra fotografias de colecionadores.

Complementando a afirmação, Smit e Gonçalves (2005, p. 19) argumentam:

Os arquivos fotográficos corrente e permanente, [...] geram diferenças no que diz respeito à organização dos documentos, mas mantêm em comum a necessidade de uma detalhada descrição e organização dos documentos tendo por objetivo a recuperação da informação [...].

Iremos nos ater às análises e reflexões relativas a arquivos fotográficos de instituições essencialmente receptoras de imagens, por abordarmos a questão da descrição arquivística, que é uma atividade típica de arquivos permanentes.

3 DOCUMENTO FOTOGRÁFICO

A fotografia é resultado de experiências desenvolvidas por cientistas em diversas épocas e lugares desde a antiguidade. Fundamenta-se pela invenção da *câmara escura*⁸ e a existência de *material fotossensível*⁹. O veículo para a efetiva realização da imagem é a luz. Manini (2008, p. 127) comenta que “a fotografia surgiu no primeiro quarto do século XIX, [...] começou a fazer parte de acervos na virada do século XX, [...]”. Já em relação à origem da palavra fotografia, Boccato e Fujita (2006, p. 86) afirmam que “a palavra fotografia tem origem no idioma grego e significa escrever com a luz (foto = luz e grafia = escrita)”.

Fotografia é a técnica de reprodução de um momento único da realidade obtida através da luz e a sua devida fixação em um suporte sensível. Sua principal finalidade é registrar um fato da realidade em um determinado espaço e tempo (KOSSOY, 2001), porém, devido a múltiplas funções e versatilidade, passou a ter diversos usos: comercial, exposição ou publicação, probatório, científico e pessoal (MANINI, 2008).

⁸ Caixa preta vedada de luz e que possui um pequeno orifício em um dos seus lados. Seu mecanismo de funcionamento consiste em captar para dentro da caixa, a imagem que se quer reproduzir e fixá-la em um material fotossensível.

⁹ Fenômeno de sensibilidade à luz que toda matéria possui.

Segundo Kossoy (2001, p. 37), são três os elementos essenciais para a realização de uma fotografia: “o *assunto*, o *fotógrafo* e a *tecnologia*. São estes os *elementos constitutivos* que lhe deram origem através de um *processo*, [...] num preciso e definido espaço e tempo”.

A abordagem de Kossoy (2001) quanto à essência e finalidade da fotografia reflete a seguinte equação: fotografia = elementos constitutivos (assunto, fotógrafo e tecnologia) + coordenadas de situação (espaço e tempo).

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 95, grifo do autor) define fotografia como “**Imagem** produzida pela ação da luz sobre película coberta por emulsão fotossensível, revelada e fixada por meio de reagentes químicos”.

Já Manini (2008, p. 138-139), define fotografia como:

a impressão de imagens sobre um suporte sensível, mediante a ação da luz. Tal suporte pode ser vidro, papel ou película (filme) – mais comumente conhecidos -, [sic] que é previamente emulsionado, ou seja, é revestido por uma camada composta por uma substância aderente, o ligante, que pode ser gelatina, por exemplo, e por cristais (halogenetos) de prata (substâncias químicas sensíveis à luz).

As argumentações apresentadas sobre fotografia se completam e delas se extraem pontos característicos: ação da luz e do homem (fotógrafo); suporte fotossensível, composto por uma camada de substância aderente (ligante) e cristais de prata (substâncias sensíveis à luz); tipos de suporte (vidro, papel, película ou filme); registro de um momento da realidade em um determinado espaço e tempo; aborda um assunto e tem uma motivação; emprego de técnica e tecnologia fotográfica.

Quanto ao conceito de fotografia mais adequado para a reflexão desta pesquisa, observamos que as argumentações de Kossoy são as mais completas e delas extraímos a seguinte definição: é o resultado da ação do homem (fotógrafo) que em determinado espaço e tempo optou por um assunto em especial e que para seu devido registro, empregou os recursos oferecidos pela tecnologia. Observa-se que este conceito também faz menção à fotografia digital que nada mais é que o emprego de uma tecnologia mais avançada.

A fotografia transmite informação de forma não textual registrada em um suporte, ou seja, características básicas de um documento (suporte + informação), portanto, deve ser analisada e tratada do ponto de vista arquivístico. A abordagem da fotografia como documento requer, inicialmente, reportar-se aos seguintes conceitos propostos por Indolfo (1993, p. 11-12, grifo nosso):

- **Documento** é toda informação registrada em um suporte material, suscetível de ser utilizada para consulta, estudo, prova e pesquisa, pois comprovam fatos, fenômenos, formas de vida e pensamentos do homem numa determinada época ou lugar.
- **Documentos de arquivo** são todos os que, produzidos e/ou recebidos por uma pessoa física ou jurídica, pública ou privada, no exercício de suas atividades, constituem elementos de prova ou de informação.

Segundo Rousseau (1998, p. 227), “[...] somente durante os anos 1960 e 1970 que os arquivistas se interessaram verdadeiramente pela questão da inclusão dos documentos não textuais nos seus respectivos fundos de arquivo”. A fotografia quando inserida (sistematizada e organizada) em arquivos, torna-se útil à instituição mantenedora e à sociedade, podendo desempenhar a principal finalidade do arquivo e a sua função básica que são, respectivamente, servir à administração e tornar disponíveis as informações contidas no acervo documental sob sua guarda (PAES, 2004, p. 20).

O estudo da fotografia como documento iconográfico implica conhecimentos interdisciplinares, com metodologias consistentes de análises e interpretações. Compreender a essência da imagem fotográfica é o que se propõe através da análise documental, ou seja, identificar unidades de indexação e descrever acervos fotográficos, visando satisfazer às necessidades de informação do usuário no momento da recuperação da informação.

4 ANÁLISE DOCUMENTÁRIA DE FOTOGRAFIAS

A análise documental é a realização de procedimentos de leitura e interpretação de documentos. Seu objetivo é “elaborar representações condensadas daquilo que aparece em determinado documento e expressar o seu conteúdo de forma a facilitar a recuperação de suas informações” (MANINI, 2008, p. 167). “As principais operações da análise documental são a análise, a síntese e a representação, podendo-se realizar as atividades de classificação, indexação e elaboração de resumos para a descrição do conteúdo do documento”. (BOCCATTO E FUJITA, 2006, p. 89). Propõe-se que a análise documental deva refletir credibilidade e segurança de maneira a atender as necessidades do usuário no momento da recuperação da informação. Neste sentido Kossoy (2001, p. 55), afirma que “[...] fontes fotográficas, submetidas a um prévio exame técnico-iconográfico e interpretativo, prestam-se definitivamente para a recuperação das informações”.

Os procedimentos aplicados à análise documental desenvolvidas para documentos textuais não podem ser mecanicamente transpostos para o gênero de iconografia fotográfica, pois este,

não se baliza unicamente por seu conteúdo informacional, mas também por sua dimensão expressiva, que consiste na aplicação de técnicas fotográficas (SMIT, 1996).

A finalidade da análise documentária de fotografias é fornecer dados, os mais precisos possíveis, inferidos através de intensas e sucessivas leituras e investigações sobre o referente (coisas ou fatos do mundo real), fomentando a descrição do acervo fotográfico e o acesso ao usuário. “Ir da análise crítica do material documentário até a síntese e a interpretação é o caminho a seguir” (BELLOTTO, 2007, p. 174). “A análise de fotografias prevê a transposição de elementos do código imagético para o verbal: parte-se da fotografia e o resultado é verbal [...]” (MANINI, 2002, p. 52).

A análise documentária de fotografias começa com a leitura do documento fotográfico com fins documentários e a importância deste procedimento está no fato de que a leitura do profissional da informação auxilia a leitura do usuário, necessitando assim, de uma sistematização mais efetiva (MANINI, 2002). A representação documentária de fotografias ocorre através de uma série de operações que consistem em investigações que visam obter respostas concretas provenientes da imagem fotográfica. Quatro grandes categorias de fontes devem ser consultadas para avançar nas investigações sobre fotografia: as escritas (bibliografia histórica no seu contexto mais amplo e documentos escritos, tais como: registros comerciais, recibos, anúncios, jornais, revistas, dentre outros); as iconográficas (cartazes, gráficos, figuras, pinturas, selos, publicidade, etc.); as orais (os testemunhos orais de descendentes dos fotógrafos ou de indivíduos contemporâneos à época do registro fotográfico) e as materiais (objetos e equipamentos utilizados para o ofício fotográfico do período em estudo).

A fotografia é uma manifestação visual. Nela sempre há um foco central, uma razão de ser que motivou aquela tomada fotográfica. Há que se considerar, contudo, que este motivo central [...] está cercado de informações que a ele se entrelaçam de diversas maneiras. Pode ser importante saber, por exemplo, que prédio é aquele ao fundo de uma fotografia de corpo inteiro de determinada personalidade. E algumas vezes é também importante considerar o extra-campo: o que girava em torno deste recorte espaço-temporal que se transformou em fotografia? (MANINI, 2002, p. 52).

A imagem fotográfica contém uma história oculta e interna; trata-se da realidade interior, a primeira realidade, o instante do registro em que foi gerada. A imagem obtida tem outra realidade, a segunda realidade, os elementos visíveis e externos (KOSSOY, 1999). Verifica-se que o documento fotográfico possui informações explícitas e implícitas. A iconografia diz respeito ao que se encontra explícito (visível) na imagem enquanto a iconologia se refere ao

que está implícito (oculto). A decodificação das imagens fotográficas requer duas linhas de análise multidisciplinar: a análise iconográfica e a interpretação iconológica.

Na análise iconográfica, pretende-se decodificar a realidade externa através da descrição dos elementos imagéticos visíveis, a segunda realidade; enquanto na interpretação iconológica, busca-se decifrar a realidade interior da representação fotográfica em sua face oculta, seu significado, a primeira realidade.

No esforço de interpretação das imagens fixas, acompanhadas ou não de textos, a leitura das mesmas se abre em leque para diferentes interpretações a partir daquilo que o receptor projeta de si, em função do seu repertório cultural, de sua situação socioeconômica, de seus preconceitos, de sua ideologia, razão por que as imagens sempre permitirão uma leitura plural (KOSSOY, 2001, p. 115).

Considerando a análise documentária de fotografias como a etapa de análise e interpretação que transpõe a informação do imagético para o textual, surge um questionamento: como executar a leitura e a representação imagética?

O historiador de artes Erwin Panofski (apud SMIT e GONÇALVES, 2005, p. 32) divide em três níveis a leitura da imagem: o primeiro nível é o pré-iconográfico que consiste na descrição genérica de objetos e ações representada pela imagem; já o segundo nível é o Iconográfico, que determina o assunto secundário ou convencional da imagem (nomeação sintética do todo); e o terceiro nível é o Iconológico que se refere à Interpretação do significado da imagem. Segundo Boccato e Fujita (2006, p. 91) “a leitura pré-iconográfica esta ao nível da descrição, a iconográfica ao da análise e a iconológica ao da interpretação”.

Já a documentalista francesa Ginette Bléry (apud SMIT e GONÇALVES, 2005, p. 32) desenvolveu uma proposta de descrição do conteúdo da imagem conforme a seguinte grade de leitura:

QUEM / O QUE?	Pessoas e objetos envolvidos na imagem: fotógrafo e pessoas retratadas, objeto fotografado e objeto em foco.
QUANDO?	Localização da imagem no tempo.
ONDE?	Localização da imagem no espaço.
COMO?	Descrição de ações envolvidas.

QUADRO 1 – Grade de descrição do conteúdo imagético

Fonte: Smit, (2005, p. 32).

Avançando os estudos, Sara Shatford (apud SMIT e GONÇALVES, 2005, p. 33, grifo do autor) argumenta que uma imagem é **DE** algo e pode ser **SOBRE** algo. Argumenta ainda que

na identificação de elementos presentes na imagem, a descrição pode ser feita pelo aspecto genérico, resgatando o nível pré-iconográfico de Panofsky, ou pelo específico, equivalente ao iconográfico. Deduz-se que toda imagem deveria ser representada, tanto ao nível pré-iconográfico (genérico), quanto iconográfico (específico). A imagem é, simultaneamente, específica e genérica (SHATFORD, S. 1986, apud SMIT, 1996, p. 31).

CATEGORIA	DE genérico	DE específico	SOBRE
QUEM / O QUE?	Esta imagem é de quem? De quais objetos? De quais seres	De quem, especificamente, se trata?	Os seres ou objetos funcionam como símbolos de outros seres ou objetos? Representam a manifestação de uma abstração?
ONDE?	Tipos de lugares geográficos, arquitetônicos ou cosmográficos.	Nome de lugares geográficos, arquitetônicos ou cosmográficos.	O lugar simboliza um lugar diferente ou mítico? O lugar representa uma manifestação de um pensamento abstrato?
QUANDO?	Tempo cíclico.	Tempo linear.	O tempo representa a manifestação de um pensamento abstrato?
COMO?	Ações, eventos.	Eventos individualmente nomeados.	Que idéias abstratas, ou emoções, estas ações simbolizam?

QUADRO 2 – Grade de descrição, análise e representação

Fonte: Smit, (2005, p. 33).

Smit (1996, apud MANINI, 2008, p. 167) propõe dois focos de leitura para a representação da imagem: “o conteúdo informacional e a dimensão expressiva. Poderíamos dizer que o conteúdo informacional está ligado ao referente e a dimensão expressiva está relacionada a um conjunto de fatores ligados à técnica, [...]”.

A Dimensão Expressiva de uma fotografia é a análise morfológica da imagem, algo que se encontra anexo ao conteúdo informacional. As informações referentes à dimensão expressiva da imagem podem ser conseguidas observando o posicionamento da câmera no momento da tomada [...] o que constrói ou dá vida à dimensão expressiva é a técnica utilizada na produção da fotografia (MANINI, 2008). Observa-se uma equação fundamental para definição de dimensão expressiva: posição da câmera = técnica = dimensão expressiva.

Dependendo do tipo de usuários de um arquivo, a dimensão expressiva, analisada do ponto de vista da recuperação da informação, pode ser utilizada como ponto de acesso. Sendo assim, verifica-se a necessidade de considerar também a recuperação de informação visual baseada na forma.

A importância de considerar a dimensão expressiva na análise documentária de imagens está no fato de que o ponto decisivo de escolha de uma fotografia (a partir

de um conjunto de imagens recuperadas num sistema de recuperação de informação visuais) pode estar justamente na forma como a mensagem imagética foi construída para transmitir determinado conteúdo informacional. [...] o que vai presidir a escolha de uma ou mais fotografia(s) pelo usuário é a sua dimensão expressiva (MANINI, 2002, p. 91).

Verifica-se, portanto, como método adequado de análise documentária de fotografias a utilização da grade de leitura e representação imagética com foco no conteúdo informacional e na dimensão expressiva, que é baseada nas propostas de Shatford e de Panofski, que são equivalentes (DE genérico = pré-iconográfico / DE específico = iconográfico / SOBRE = iconológico), efetua-se o cruzamento de informações com a grade de leitura proposta por Bléry (QUEM / O QUE? ONDE? QUANDO? COMO?) e acrescenta-se a coluna que aborda a técnica fotográfica (dimensão expressiva). Quando se responde o **DE** Genérico, realiza-se a descrição imagem; ao se responder o **DE** Específico, executa-se a análise imagética; quando se responde **SOBRE** o que é uma fotografia, interpreta-se o seu significado e ao responder a dimensão expressiva, define-se a forma como a imagem expressa sua informação através da técnica de produção da fotografia.

Apresenta-se um exemplo da aplicação da grade de leitura e representação de imagens fotográficas:



FOTOGRAFIA 1 – Guga e o beijo da conquista em Indianápolis

Fonte: <<http://www.terra.com.br/esportes/>>, 21/8/2000 (apud MANINI, 2008, p. 168).

	Conteúdo Informacional		Dimensão Expressiva
	DE	SOBRE	
Categoria	Genérico	Específico	
Quem / O Que?	Homem jovem	Guga – Gustavo Kuerten	Vitória
Onde?	EUA	Indianápolis, EUA	Retrato
Quando?	2000	20/08/2000	
Como?	Beijando troféu	Beijando troféu de campeão do torneio de tênis de Indianápolis	

QUADRO 3 – Aplicação da grade de leitura do conteúdo informacional e da dimensão expressiva

Fonte: Manini (2008, p. 168, adaptação nossa).

As **palavras-chaves**, identificadas a partir da grade de leitura: Guga. Indianápolis (Estados Unidos). Vitória. Tênis. Retrato. Pose.

Através do preenchimento da grade leitura de imagens fotográficas o profissional arquivista dispõe de informações consistentes, que facilitam a identificação dos termos para a indexação. Para a compreensão do conteúdo do documento, verifica-se a necessidade de uma leitura extensiva, apontando partes importantes que mereçam especial atenção. Na identificação dos conceitos, o indexador (profissional da informação), após o exame do documento, passa a abordá-lo de uma forma mais lógica e selecionar os conceitos que melhor representam o seu conteúdo, sendo assim, nem todos os conceitos identificados serão necessariamente selecionados (FUJITA, 2003).

Tanto a indexação quanto a elaboração de resumos demandam criteriosa análise documental e visam atender as necessidades de informação do usuário, fazendo parte do processo de descrição arquivística e podendo ser utilizados como pontos de acesso para a recuperação da informação.

5 RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO IMAGÉTICA

As atividades desenvolvidas em um arquivo visam dar acesso às informações contidas no acervo documental sob sua custódia e segundo Bellotto (2007, p. 179), no caso dos arquivos permanentes, “a descrição é a única maneira de possibilitar que os dados contidos nas series e/ou unidades documentais cheguem até os pesquisadores”. Lopez (2002, p. 12) argumenta que “somente a descrição arquivística garante a compreensão ampla do conteúdo de um acervo, possibilitando tanto o conhecimento como a localização dos documentos que o integram”.

Dentre os conceitos tradicionalmente aceitos sobre descrição arquivística, verifica-se que: é uma atividade típica de arquivos permanentes; é um processo intelectual que consiste na elaboração de instrumentos de pesquisa; descreve elementos formais e o conteúdo dos documentos; possibilitam controle e acesso (identificação, tramitação, localização e utilização de documentos e informações); transcreve a sistemática de arranjo do acervo em níveis de descrição.

A descrição arquivística deve ser baseada em normas que estabeleçam diretrizes gerais de controle e acesso ao acervo. Estas normas padronizam a descrição e proporcionam maior qualidade ao tratamento técnico arquivístico ao garantir informações consistentes ao usuário.

As normas de descrição arquivística devem ser utilizadas pelo profissional da informação como ferramentas que auxiliam e norteiam a elaboração de instrumentos de pesquisa. “As

normas de descrição arquivística estabelecem diretrizes gerais que abarcam a identificação do nível dos documentos que se quer descrever [...], do contexto, dos caracteres extrínsecos e intrínsecos dos documentos e de seus conteúdos” (BELLOTTO, 2007, p. 182).

Segundo Lopez (2002, p. 14) a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística - ISAD(G) “propõe padronizar a descrição arquivística a partir de uma estruturação multinível, isto é, do geral ao particular, inserindo cada item da descrição na estrutura geral do fundo de arquivo, em uma relação hierárquica”.

A Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística - ISAD(G) foi desenvolvida pelo Comitê de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos (CDS/CIA) para estabelecer um conjunto de regras gerais para a descrição arquivística, visando assegurar a criação de descrições consistentes, apropriadas e auto-explicativas; facilitar a recuperação e a troca de informação sobre documentos arquivísticos; possibilitar o compartilhamento de dados de autoridade e tornar possível a integração de descrições de diferentes arquivos num sistema unificado de informação (NORMA GERAL INTERNACIONAL DE DESCRIÇÃO ARQUIVISTICA - ISAD(G), 2000).

A ISAD(G) é o primeiro referencial para qualquer atividade de descrição o que possibilita padronizar este processo em âmbito internacional. Nesse sentido Lopez (2002, p. 16) afirma que:

é fundamental o estabelecimento de diretrizes básicas para todas as atividades relacionadas à organização arquivística, inclusive a descrição. A normalização da descrição arquivística também facilita o acesso às informações do acervo por parte dos mais diversos consulentes. [...] A normalização contribui não apenas para o intercâmbio entre diferentes instituições, como também facilita o acesso e a consulta em geral.

No Brasil, a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) auxilia a descrição considerando as especificidades arquivísticas nacionais. “A NOBRADE não é uma mera tradução das normas ISAD(G) [...]. Seu objetivo, ao contrario, consiste na adaptação das normas internacionais à realidade brasileira [...]” (NOBRADE, 2006, p. 9). Esta norma tem como pressupostos básicos o respeito aos fundos e a descrição multinível, adotando os princípios expressos na ISAD(G), quais sejam: descrição do geral para o particular (com o objetivo de representar o contexto e a estrutura hierárquica do fundo e suas partes componentes); informação relevante para o nível de descrição (com o objetivo de representar com rigor o contexto e o conteúdo da unidade de descrição); relação entre descrições (com o objetivo de explicitar a posição da unidade de descrição na hierarquia); não repetição da

informação (com o objetivo de evitar redundância de informação em descrições hierarquicamente relacionadas).

A NOBRADE (2006, p. 18, grifo nosso), prevê a existência de 8 (oito) áreas compreendendo 28 (vinte e oito) elementos de descrição, dos quais 7 (sete) são obrigatórios. Esta estrutura é assim constituída:

Área de Identificação: registra informação essencial para identificar a unidade de descrição (constituída de 5 elementos);

Área de Contextualização: registra informação sobre a proveniência e custódia da unidade de descrição (constituída de 4 elementos);

Área de Conteúdo e Estrutura: registra informação sobre o assunto e a organização da unidade de descrição (constituída de 4 elementos);

Área de Condições acesso e Uso: registra informação sobre o acesso à unidade de descrição (constituída de 5 elementos);

Área de Fonte Relacionada: registra informação sobre outras fontes que têm importante relação com a unidade de descrição (constituída de 4 elementos);

Área de Notas: registra informação sobre o estado de conservação e ou qualquer outra informação sobre a unidade de descrição que não tenha lugar nas áreas anteriores (constituída de 2 elementos);

Área de Controle da Descrição: registra informação sobre, como quando e por quem a descrição foi elaborada (constituída de 3 elementos);

Área de Pontos de Acesso e Descrição de Assuntos: registra os termos selecionados para localização e recuperação da unidade de descrição (constituída de 1 elemento).

Os elementos de descrição obrigatórios são: **código de referência** (identifica a unidade de descrição); **título** (identifica nominalmente a unidade de descrição); **data** (data de produção da unidade de descrição); **nível de descrição** (identifica o nível da unidade de descrição em relação às demais); **dimensão e suporte** (identifica as dimensões físicas ou lógicas e o suporte da unidade de descrição); **nome do produtor** (identifica o produtor da unidade de descrição); **condições de acesso** (somente para descrições de nível 0 = acervo da entidade custodiadora e de nível 1 = fundos e coleções).

Todos os elementos de descrição apresentam: título, objetivo, regras, comentários (informações sobre a importância do elemento de descrição e como funciona), procedimentos e exemplos (ilustração das maneiras de uso do elemento e de interpretação de suas regras).

Esta Norma deve ser aplicada na descrição de qualquer documento, independentemente de seu suporte ou gênero. Informações específicas para determinados gêneros de documentos podem e devem, sempre que necessário, ser acrescentadas (NOBRADE, 2006).

Considerando a recomendação proposta na NOBRADE, verifica-se que o gênero iconográfico também deve ser representado conforme esta norma, portanto, a fotografia também deve ser

descrita conforme as diretrizes desta, porém, acrescentando informações específicas do gênero e adaptando suas particularidades.

As diretrizes das normas ISAD(G) e NOBRADE visam padronizar a descrição arquivística a partir de uma estruturação multinível. “Cada nível do arranjo corresponde a um nível de descrição: fundo, grupo ou seção [...], série e item ou peça documental” (BELLOTTO, 2007, p. 182). Segundo consta na NOBRADE (2006, p. 11),

Considera-se a existência de seis principais níveis de descrição, a saber: acervo da entidade custodiadora (nível 0), *fundo ou coleção*¹⁰ (nível 1), seção (nível 2), série (nível 3), dossiê ou processo (nível 4) e item documental (nível 5). São admitidos como níveis intermediários o acervo da subunidade custodiadora (nível 0,5), a subseção (nível 2,5) e a subsérie (nível 3,5).

A tabela abaixo estabelece a relação entre cada tipo de instrumento de pesquisa e o nível de descrição:

NÍVEL	BASE DE DESCRIÇÃO	INSTRUMENTO
Instituição	Conjuntos documentais amplos	Guia
Fundos, grupos, coleções	Séries	Inventários
Séries	Unidades documentais	Catalogo
Unidades documentais selecionadas pertencentes a uma ou mais origens	Assunto, recorte temático	Catalogo seletivo, índice

QUADRO 4 – Níveis de descrição

Fonte: LOPEZ (2006, p. 22).

Observa-se que a tabela editada por Lopez ilustra e confirma tanto a afirmação de Bellotto (cada nível do arranjo corresponde a um nível de descrição) quanto os níveis de descrição propostos pela NOBRADE. Além disso, especifica qual é o instrumento de pesquisa mais adequado para descrever uma unidade de arquivo, considerando o seu respectivo nível de descrição.

Os instrumentos de pesquisa são as ferramentas utilizadas para descrever um arquivo, ou parte dele, com a finalidade de controle e acesso (LOPEZ, 2006, p. 10). “Esses instrumentos identificam, localizam e, resumem ou transcrevem - em diversos graus e amplitudes – fundos, grupos, subgrupos, séries e peças documentais [...]” (TESSITORE, 2003, p. 30). A definição proposta pelo Dicionário de Terminologia Arquivística (2005, p. 108) não se opõe as já citadas, conceituando-os como um “meio que permite a identificação, localização ou consulta

¹⁰ Para efeito de utilização da NOBRADE, fundos e coleções se equivalem e segundo o seu glossário trata-se de um conjunto de documentos de uma mesma proveniência. Termo que equivale a arquivo. (NOBRADE, 2006, p. 15).

a documentos ou a informações neles contidas [...]”. Para Bellotto (2007, p. 173), trata-se de um “elo suficiente e necessário entre a indagação do pesquisador e sua solução”.

A elaboração de instrumentos de pesquisa deve apreender, identificar, condensar e, sem distorções, apresentar todas as possibilidades de uso e aplicação da documentação, resultando em um retrato credível do acervo (BELLOTTO, 2007). “Apresentam-se na forma de guias, inventários, catálogos e índices, sendo destinados não só ao corpo técnico do arquivo (para controle do acervo) como também a todos os potenciais consulentes” (LOPEZ, 2002, p. 11). Segundo Sousa (2006, p. 44-45, grifo do autor), as características dos principais instrumentos de pesquisa são:

- **Guia:** é o instrumento mais popular, pois é encontrado em praticamente todas as instituições arquivísticas por ser o instrumento mais genérico. Permite uma visão panorâmica do acervo, com informações sobre o histórico, a natureza, a estrutura, o período e a quantidade de cada fundo integrante do acervo total do arquivo.
- **Inventário:** abrange todo o acervo de maneira resumida e sua finalidade é descrever a composição de um fundo e, ao mesmo tempo, prover o arquivo de um instrumento preliminar de busca.
- **Catálogo:** inclui todos os documentos pertencentes a um ou mais fundos, descreve singularmente as unidades documentais e as agrupa pelo mesmo assunto, período de tempo ou lugar. Sua finalidade é indicar a localização de cada documento.
- **Repertório ou Catálogo Seletivo:** descreve e ressalta os documentos mais específicos ou de grande importância para a instituição ou pessoa do qual pertence. É uma descrição minuciosa, podendo conter trechos transcritos do documento.
- **Índices:** decompõem dos documentos por descritores que complementam os catálogos e/ou inventários. São termos / palavras-chaves que permite rápida e eficiente localização de cada documento.
- **Tabela de Equivalência ou Concordância:** esta tabela acompanha a evolução terminológica dos arquivos, dá a equivalência de antigas notações para as novas que tenham sido adotadas em decorrência de alterações no sistema de arranjo.

Observa-se que Sousa elenca os instrumentos de pesquisa em ordem hierárquica, sendo que o guia é o mais genérico enquanto o repertório ou catálogo seletivo é o mais específico. Já o índice e a tabela de equivalência são instrumentos auxiliares.

Ressalta-se que, de modo geral, a utilização do instrumento de pesquisa mais adequado a um acervo depende do que se pretende descrever. Propõe-se, ainda, o estudo e a análise das necessidades de informação dos usuários para selecionar o que deve ser descrito com prioridade. Na descrição do item documental fotográfico, recomenda-se a utilização do catálogo caso se pretenda descrever genericamente ou o repertório (catálogo seletivo) para uma descrição mais minuciosa ou específica.

Os catálogos elencam e descrevem todos os documentos de um ou mais fundos e os ordenam conforme o método de arquivamento adotado, facilitando a localização da peça documental no acervo, porém, Lopez (2002, p. 32) alerta que:

[...] o fundamental do catálogo e que ele se atenha à compreensão dos documentos dentro de suas relações orgânicas com as atividades que os produziram. Só é possível elaborar catálogos de séries que já estejam organizadas e, preferencialmente, inventariadas.

Recomenda-se que os instrumentos de pesquisa sejam elaborados seguindo uma ordem hierárquica, ou seja, do mais genérico para o mais específico, para que os documentos reproduzam as relações orgânicas da entidade produtora ou custodiadora. Nos arquivos fotográficos devem ser elaborados baseados nas normas de descrição e adaptados às particularidades do gênero.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da análise documentária de fotografias é gerar uma representação que permita a recuperação da informação imagética por atributos de seu conteúdo. Verifica-se, portanto, a necessidade de delinear parâmetros para o acesso mais eficaz, tornando-as disponíveis, seja qual for o sistema ou a unidade de informação.

A bibliografia levantada enfatiza a utilização de métodos de análises iconográficas e interpretações iconológicas como forma de: identificar descritores ou palavras-chaves para a indexação, elaborar resumos e promover a atividade de descrição de documentos fotográficos; abordar os desafios da análise documental e da descrição arquivística de acervos fotográficos; além de verificar os métodos e procedimentos necessários para compreender o significado da informação registrada na imagem fotográfica e representá-la de forma consistente.

Através da reflexão sobre a análise documentária de fotografias, verifica-se a necessidade de aplicar procedimentos de leitura imagética, que deve refletir credibilidade e segurança visando atender as necessidades do usuário no momento da recuperação da informação. A leitura imagética consiste na descrição, análise e representação. Um meio de compreensão e interpretação da imagem fotográfica ocorre através da descrição em níveis, quais sejam: o pré-iconográfico (objetos e ações representadas pela imagem), o iconográfico (descreve e classifica a imagem) e o iconológico (interpretação do significado intrínseco do conteúdo da imagem). Os dois primeiros níveis são importantes e necessários para a descrição do conteúdo do documento fotográfico e o terceiro para contextualização social, política e/ou econômica.

Estudos revelam que uma imagem é simultaneamente genérica e específica. Afirma-se, também que é “DE” algo ou alguém (descrição genérica e específica) e “SOBRE” algo ou alguém. Verifica-se a relação entre os níveis de descrição e a simultaneidade da imagem: a categoria “DE genérica” corresponde ao nível pré-iconográfico, a “DE específica” ao iconográfico e a “SOBRE” se refere ao iconológico.

A grade de leitura de imagens fotográficas que consideramos mais adequada e completa consiste em questionamentos à imagem fotográfica (QUEM / O QUE? ONDE? QUANDO? COMO?) e no cruzamento das informações (DE genérico = pré-iconográfico / DE específico = iconográfico / SOBRE = iconológico), acrescentando-se a coluna que aborda a técnica fotográfica (dimensão expressiva).

Observamos que a aplicação da grade de leitura, como um procedimento (parte integrante de um processo) técnico arquivístico, possibilita ao profissional da informação identificar termos de indexação e representar de forma consistente a informação (visual e oculta) da imagem fotográfica, mas, para cumprir a função de torná-las disponíveis, verificamos que o acesso e a difusão devem ser promovidos através de instrumentos de pesquisa, cuja elaboração deve ser baseada em normas gerais de descrição arquivística, contendo, no mínimo, os elementos obrigatórios recomendados pela NOBRADE (código de referência, título, data, produtor (autor), nível de descrição, dimensão do suporte, condições de acesso) e adaptadas às particularidades do gênero documental fotográfico.

Verificamos que a análise e a interpretação da imagem fotográfica necessitam de investigações aprofundadas para contextualizá-la e auxiliar a leitura do usuário, possibilitando interpretações mais precisas. Concluimos que a aplicação da grade de leitura é uma ferramenta a ser utilizada para auxiliar a atividade indexação, que faz parte do processo de descrição arquivística.

A reflexão sobre tema abordado revela que a análise documentária de fotografias é um método eficiente que auxilia o processo de identificação de termos consistentes para indexação e descrição documental, exercendo as funções de análise, síntese e representação do conteúdo informacional da fotografia, transpondo a informação do imagético para o textual de forma consistente.

7 REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação – arquivos: **NBR 9578**. Rio de Janeiro, 1983.

_____. Informação e documentação – apresentação de citações em documentos: **NBR 10520**. Rio de Janeiro, 2002.

_____. Informação e documentação – referências - elaboração: **NBR 6023**. Rio de Janeiro, 2002.

_____. Informação e documentação – sumário - apresentação: **NBR 6027**. Rio de Janeiro, 2003.

_____. Informação e documentação – resumo - apresentação: **NBR 6028**. Rio de Janeiro, 2003.

_____. Informação e documentação – trabalhos acadêmicos: **NBR 14724**. Rio de Janeiro, 2005.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Reimpressão. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

BOCCATO, Vera Regina Casari; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Discutindo a análise documental de fotografias: uma síntese bibliográfica. In: **Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação - Cadernos BAD**. nº 002. Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. Lisboa, Portugal (p. 84-100), 2006. Disponível em <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/385/38500508.pdf>>. Acesso em: 10 abril 2010.

BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **NOBRADE**: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

BRASIL. Lei nº 8159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 9 de jan. 1991. Disponível em <<http://www.arquivonacional.gov.br/conarq/leis>>. Acesso em 12 abril 2010.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. p. 43 - 70.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G)**: norma geral internacional de descrição arquivística. 2. ed. Adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISDF**: norma internacional para descrição de funções. Trad. Vitor Manoel Marques da Fonseca. 1.ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Publicações Técnicas; nº 51.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. **A Identificação de conceitos no processo de análise de assuntos para indexação**. Revista digital de biblioteconomia e ciência da informação, v. 1, n. 1, p. 60-90, jul/dez. 2003.

INDOLFO, Ana Celeste. et al. **Gestão de documentos**: conceitos e procedimentos básicos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

- KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 2. ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial. 2001.
- KOSSOY, Boris. **Realidades e Ficções na Trama Fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999.
- LOPEZ, André Porto Ancona; **Como descrever documentos de arquivo**: elaboração de instrumentos de pesquisa. Vol. 6. Coleção como fazer. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.
- MANINI, Miriam Paula. A fotografia como registro e como documento de arquivo. In: BARTALO, Linete e MORENO, Nadina Aparecida. **Gestão em arquivologia**: abordagens múltiplas. Londrina: Eduel, 2008. Cap. 5, p. 121-183.
- MANINI, Miriam Paula. **Análise documentária de fotografias**: um referencial de leitura de imagens fotográficas para fins documentários. 2002. 231 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- PAES, Marilena Leite. **Arquivo**: teoria e prática. 3. ed. ver. ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ROUSSEAU, Jean-Yves. et al. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.
- SMIT, Johanna W. **A representação da imagem**. In: Informare - Cad. Prog. Pós-Graduação de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 28-36, jul./dez. 1996.
- SMIT, W. Johanna e GONÇALVES, Cassia Denise. **Como organizar arquivos fotográficos**. Coleção como fazer. Oficinas 2005. Manual. Associação dos Arquivistas de São Paulo. 2005.
- SOUSA, Ana Paula de Moura. et al. Princípios da descrição arquivística: do suporte convencional ao eletrônico. **Revista Arquivística**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p 38-51, ago./dez. 2006
- TESSITORE, Viviane; **Como implantar centros de documentação**. Coleção como fazer. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2003.